

POTENCIAL DE ALIMENTOS TRADICIONAIS NO IMPULSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

POTENTIAL OF TRADITIONAL FOODS IN THE DRIVE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Larisse Medeiros Gonçalves, Ligia Kochhan de Fraga, Adriane Rodrigues Zboralski, Wilson Itamar Godoy
Filiação: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
E-mail: larisse@alunos.utfpr.edu.br, ligia.fraga@ifpr.edu.br, adrianezboralski1@gmail.com, godoyutfpr@gmail.com

GT5. Agricultura familiar e ruralidades

Resumo
Há uma crescente demanda por alimentos diversificados, com boa nutrição e conduzidos em sistemas mais equilibrados. Sabendo-se que Alimentos Tradicionais (AT) são produtos que podem agregar em tais carências e sabendo que essas lacunas pautam a importância do Desenvolvimento Sustentável (DS). O presente trabalho objetiva compreender o elo entre os AT da Agricultura Familiar (AF) com o DS. O desenvolvimento do texto iniciou-se por uma fundamentação sobre ATs disponibilizados pela AF, traçando conceitos e avaliando a importância; a seguir uma explanação sobre DS. Após o estado da arte, foi traçado um elo conceitual, de quesitos e questões que esclarecem suas concordâncias, apontando os potenciais de AT para o DS. Foram elencados oito quesitos, em que a literatura de ambos, evidenciaram compatibilidades, sendo eles: a proteção ambiental; a união do passado, presente e do futuro; a otimização dos recursos naturais; a necessidade de percepção sistêmica; a valorização do potencial endógeno; pluralidade e diversidade; o fortalecimento da alimentação digna como condições para o bem-estar e o que é basilar para qualidade de vida. A pesquisa revelou que os ATs possuem diversos pontos que fortalecem o DS. Deve-se estimular/reforçar estudos práticos, para aperfeiçoar tais reflexões, especialmente, considerando que existem peculiaridades por regiões e locais, traçando estudos mais direcionados às delimitações geográficas, para o reforço das considerações deste manuscrito.
Palavras-chave: Agricultura Familiar; Sustentabilidade; Diversidade e Segurança Alimentar.

Abstract
There is a growing demand for diversified foods, with good nutrition and conducted in more balanced systems. Knowing that Traditional Foods (TA) are products that can add to these needs and knowing that these gaps underline the importance of Sustainable Development (SD). This paper seeks to understand the link between Family Farming (FA) TA and SD. The development of the text began with an explanation of the TA made available by the FA, outlining concepts and assessing its importance, followed by an explanation of SD. After the state of the art, a conceptual link was drawn, with questions and issues that clarify their agreement, pointing out the potential of TA for SD. Eight issues were listed, in which the literature of both showed compatibility, namely: environmental protection; the union of past, present and future; the optimization of natural resources; the need for systemic perception; the appreciation of endogenous potential; plurality and diversity; the strengthening of decent food as conditions for well-being and what is basic to quality of life. The research revealed that the TAs have several points that strengthen SD. Practical studies should be encouraged/reinforced, to improve such reflections, especially, considering that there are peculiarities by regions and places, outlining studies more directed to geographical delimitations, for the reinforcement of the considerations of this manuscript.

***Key words**: Family Farming; Sustainability; Food Diversity and Security.*

1. Introdução

A agricultura Familiar (AF) tem grande força e resiliência peculiar. Esta categoria do meio rural carrega consigo histórias, conhecimentos, meios produtivos, utensílios, entre outros, que constituem modos de vidas singulares. Outra característica latente, desses perfis, é a relação intensa com a natureza, tanto na leitura de paisagem quanto no cuidado com o meio.

A AF constitui a grande maioria dos estabelecimentos rurais em muitos países em desenvolvimento, contém cerca de 75% dos recursos agrícolas no mundo e produz por volta de

80% dos alimentos consumidos diariamente (FAO, 2015; BERCHIN et al., 2019). Sendo também uma realidade entre o rural brasileiro, contemplando aproximadamente, cerca de 76,98% das unidades agrícolas no país, conforme projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) em 2017.

A AF participa de maneira robusta no aspecto da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), relacionando-se diretamente às questões que transcendem a superação da fome (de forma isolada), abrangendo conexões com a produção sustentável, consumo/distribuição/comercialização, a busca pela estabilidade na oferta de alimentos e políticas públicas, bem como o fortalecimento da boa nutrição, e consequentemente, a manutenção da saúde da população (GONÇALVES et al., 2020a).

É essencial destacar o potencial da AF como estimuladora de uma produção que sacia uma demanda, cada vez maior, por alimentos saudáveis e biodiversos, serviços ecossistêmicos e equilíbrio ambiental, assim como a movimentação da econômia local. Dentro desse contexto, aborda-se no presente trabalho, a categoria dos Alimentos Tradicionais (AT). Mas alguns poderão perguntar, e o que expressa esse termo?

Diríamos que ele manifesta a ideia de associação, de pertencimento a uma determinada localidade, em que são produzidos e consumidos há muito tempo, que podem ou já se tornaram parte do património da região (MUHIALDIN et al., 2021).

Destaca-se que há muitas discussões em cima do tema, como antropologia, turismo, agricultura, sociologia, nutrição, economia, entre outros, o configurando como interdisciplinar. Mesmo com a importância potencial destes alimentos, a literatura sobre o assunto é escassa, especialmente, a que recorre à relação entre estes e o Desenvolvimento Sustentável (DS). Em linhas contextuais, o DS integra três pilares: crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção do ambiente (MASUNDIRE, 2008). Dito isto, justifica-se essa pesquisa como sendo uma contribuição ao debate, buscando se debruçar e sistematizar os termos, entrelaçando-os.

Além desta introdução, o manuscrito foi pensando em uma organização de fluxo que fortifica a base, para poder se aprofundar, organizado em três seções seguidas das considerações finais. As sessões são intituladas: a) Fundamentando Alimentos Tradicionais (AT) provindos da AF; b) Explanando conceitos sobre Desenvolvimento Sustentável (DS) e c) O elo entre os alimentos tradicionais e o desenvolvimento sustentável.

Neste artigo, tem-se como objetivo construir uma discussão sistemática sobre a relação da AF, dos AT e do DS, afim de reforçar o debate acerca da importância da valorização da diversidade para o potencial regional. Dada a escassez de estudos sobre o papel dos AT provindos da AF no contexto do DS, esta pesquisa, por meio de métodos que elencam e fundamentam uma abordagem qualitativa, condensado em um embasamento teórico, o objetivo de compreender o elo de entre os AT da AF com o DS, para entender o possível potencial de impulsionar o DS.

2. Fundamentando os alimentos tradicionais provindos da Agricultura Familiar

A essencialidade da atuação da AF permeia várias questões: promovem, através de seus modos vida (carregados de saberes e vivências), produção de alimentos visando o cuidado com os recursos naturais, policultivos (em função da sinergia ambiental e das alternativas de comercialização), condicionam suporte à SSAN, são pautas de sociobiodiversidade, saúde e bem-estar para consumidores/meio ambiente e eles mesmos. Destaca-se o potencial da AF para estimular uma produção que sacia uma demanda, cada vez maior, por alimentos saudáveis e biodiversos, serviços ecossistêmicos e equilíbrio, assim como a movimentação econômica local.

Van Der Ploeg (2014) exalta a AF, por meio de uma abordagem suscinta e clara a respeito de algumas qualidades, que podem ser apontadas como características da AF: a)tem

controle otimizado sobre os principais recursos de seus agroecossistemas; b) o investimento da maior parte de sua força de trabalho (contribuindo para o autoemprego); c) une o passado, presente e futuro, com a tradição unida às adaptações, pensando nas gerações futuras; d) sobreexcede um lugar de trabalho, pois, é também seio familiar; e) é ponto embrionário para manutenção de conhecimentos, diante a comunhão de saberes; f) é uma estrutura em que se vivencia e se preserva a cultura. O autor, descreve que a AF é "a unificação entre o trabalho manual e a atividade mental, entre o trabalho e a vida, bem como entre a produção e o desenvolvimento" (VAN DER PLOEG, 2014, p.11).

Um dado importante é necessário expressar aqui, por mais que a AF detenha maior parte dos ambientes rurais no mundo inteiro, os latifúndios controlam cerca de 65% dos sistemas produtivos alimentares, com pouca diversidade, focalizando seus estímulos em commodities (FAO, 2014). É inegável a importância da AF na produção de alimentos, todavia, percebe-se que sua representação é engolida por sistemas hegemônicos gigantescos.

Medina et al. (2015), descrevem, por exemplo, que a maioria dos investimentos para apoiar a AF possui enfoque em estratégias de negócios modernos e competitivos, buscando integração na macroeconomia, como nos mercados globais, para que se gere benefícios em função do crescimento econômico. Um sentido pautado pela transformação da agricultura tradicional, para fins econômicos. Schultz (1965), por exemplo, enxergava essa tradição com um certo atraso, ele problematizava:

> "há uma grande quantidade de comunidades agrícolas pobres em que vêm sendo feitas as mesmas coisas durante gerações. Mudanças nos produtos e nos fatores ainda não foram aceitas por elas, que também não compreendem que o consumo e a produção apresentam uma série de novos mecanismos" (SCHULTZ, 1965, p.46).
>
> A hipótese do eficiente, mas pobre, não implica que os salários reais (produção) do trabalho não sejam pequenos. Ganhos menores que as necessidades de subsistência não são inconsistentes com essa hipótese, desde que haja outras fontes de renda, seja proveniente de outros fatores pertencentes aos trabalhadores, seja oriunda de transferências dentro da família ou entre famílias da comunidade. (SCHULTZ, 1965, p.50).

Entretanto, Sen (1999), denota que este enfoque é raso, pois é necessária uma conjuntura mais completa, conexa com a autonomia, resiliência e liberdade. Esse contraste entre as concepções, levam-nos a reflexões profundas, criando indagações para servir de fio condutor: A AF produtora de AT possui potencial para conduzir suas atividades em função do DS?

É nesse sentido que se busca, aqui, elencar o debate pelos AT e sua importância. Os consumidores, na atualidade, já possuem a preocupação em "buscar e a privilegiar a qualidade presente nos alimentos tradicionais" (ZUIN; ZUIN, 2008, p.111), mesmo que seja de maneira tímida. Mas, o que seriam os AT?

Há uma confusão sobre conceitos, especialmente, para consumidores, alguns até ficam divididos sobre a inovação em produtos tradicionais, devido aos conceitos contraditórios que estão por trás: inovação versus tradição (GUINÉ et al., 2021). O perfil dos AT, abraça a capacidade de fornecer um identificador ou marcador cultural para comunidades (PIENIAK et al., 2009). Diante esta ideia, o enfoque desse texto se alicerçará na AF, por sua importância, trazida de forma adensada e resumida na primeira parte deste tópico.

Os AT foram originalmente definidos como "produtos [alimentos regionais] com denominação de origem protegida " (KUZNESOF et al., p.1997). Guiné et al. (2021) discorrem que tais alimentos são frutos do conhecimento tradicional, no qual possui relevância social e econômica latente para os grupos sociais, independentemente de serem maiorias mais amplas ou grupos menores.

Os AT são a denominação de elementos produzidos com história, pois, carregam a biografia social de uma determinada cultura. São dinâmicos, pois, no decorrer do tempo são produzidos e recriados, há uma intensa relação social e familiar no seu processo de produção, visto que há um entrelaçar de saberes e experiências (ZUIN; ZUIN, 2008).

Além disso, os AT estão dispostos nas culturas locais como parte da conexão emocional e espiritual com a terra e a origem das pessoas. Consumidores costumam associar os produtos alimentares tradicionais à qualidade e à tradição (MUHIALDIN et al., 2021). Entretanto, Zuin e Zuin (2008) relatam que a definição desse termo pode ser algo complexo, os autores denotam que apesar de parecer intuitivo o entendimento, especialmente para consumidores, quando há uma imersão mais profunda na relação dos itens do processo, pode-se perceber que o conceito não é tão simples. Porém, após um profundo estudo acerca do termo, os autores sintetizaram estes como:

> "alimentos que persistem no tempo, sendo sempre produzidos em um determinado lugar e de uma determinada maneira, conservando características que os definem quanto ao aspecto, à textura e ao sabor que estão ligados à cultura gastronômica de uma população" (ZUIN; ZUIN, 2008, p.113).

Cruz (2020), pesquisadora da área, afirma que embora haja poucas pesquisas sobre o setor, é essencial destacar que isto não é sinônimo de falta de expressividade numérica ou com baixa importância econômica, propondo que abram vistas a considerar aspectos intrínsecos das regiões, importância endógena, culturas, formas de manuseio, valorização, entre outros. Por isso, também é necessário, descrever aqui, uma visão mais clara acerca dos alimentos artesanais e tradicionais, pois, não são expressões que tem o mesmo sentido, quando se buscar compreender tais produtos de forma minuciosa, pois, nem todo alimento artesanal é, necessariamente, um alimento tradicional. Como explicar essa distinção?

Alimentos artesanais são aqueles que tem o objetivo central a artesanalidade – com o processamento de matérias primas locais, adoção de técnicas ou utensílios manuais, produções em escalas menores, domínio e reconhecimento de todo processo, variabilidade (ou não padronização dos produtos), uso restrito de aditivos (sendo proibida de aditivos cosméticos – como corante e aromatizante), requer o uso das mão e a figura humana como parte do processo (tendo em vista que não podem ter seus procedimentos mecanizados de maneira totalizante), podendo (ou não) ter receita tradicional (passada de geração a geração) (CRUZ, 2020). Ou seja, alimentos artesanais podem ser tradicionais ou não.

Como um importante fator, o entendimento de tradição se faz essencial - em que a mesma se debruça ao tempo de forma emaranhada, em uma relação intensa, sendo os modos de fazer, cultivar, processar...Transmitidos por gerações. Isso não quer dizer que essas formas tradicionais são estáticas, pois, podem sofrer alterações no percurso de sua propagação (GIDDENS, 1997).

Os AT podem ser os mais diversos tipos, desde os de procedências vegetais aos de origem animais, podendo ser queijos, embutidos, fermentações, doces, biscoitos, pestos... Abraçando toda a diversidade dos agroecossistemas familiares.

Há interesses crescentes no consumo de AT, justificados pelos apelos do capital social, natural, humano e para além da movimentação das microeconomias. Guiné et al. (2021) descreve em seus estudos que o valor da produção de AT aumentou 8% em uma década (de 2007 a 2017) sendo em 2017 2,3 bilhões de dólares. O que demonstra, que AT, possuem potenciais, não pela transformação de suas formas de produção, mas sim, por serem marcados por formas singulares e genuínas do fazer/cultivar, com bagagem histórica, traçada pelos modos de vida singulares, otimizando recursos e com sentimento de pertencimento ao processo.

O desenvolvimento agrega mais elementos do que a visão baseada em um paradigma de modernização/industrialização aponta. Furtado (1988, p. 45) salienta que o conceito de

desenvolvimento não pode ser apenas econômico, mas deve abordar uma visão multidisciplinar. Levando em consideração que existe a necessidade de promoção e proteção de saberes tradicionais e das expressividades culturais, a valorização dos AT pode fornecer oportunidades de inclusão e engajamento social, bem como o resgate de valores sociais e culturais, fortalecendo e desdobrando-se em novas estratégias de desenvolvimento, como o DS (CRUZ; SCHNEIDER, 2010; CRUZ, 2012; CRUZ, 2020). Diante dessas questões, a próxima seção vem elencar pontos chaves para um entendimento basilar ao DS.

3. Explanando conceitos sobre Desenvolvimento sustentável

Falar em desenvolvimento é sempre complexo, são muitas as variáveis que devem ser consideradas, bem como integradas. Apesar disso, os primeiros passos para compreender esse termo emergiu da ascensão econômica, desencadeada pela revolução industrial. O desenvolvimento era percebido apenas como sinônimo de acúmulo de capital e poder.

Lewis (1988), um dos teóricos bases do desenvolvimento, sustentava, por exemplo, que o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) como condição base para o desenvolvimento, mesmo que não fosse o suficiente, a aderência ao capital se colava como eixo essencial. Nações que lideravam esse processo tiveram muitas vantagens sobre o mercado internacional. Tais nações, passaram a ser referências de desenvolvimento (CARDOSO, 2018).

Assim, por consequência, alguns estudiosos da área, como Schultz (1965), debruçavam-se sobre a reflexão, afim de impulsionar a agricultura tradicional, de que seria essencial a disponibilidade de condições tecnológicas dos fatores para que os mesmos pudessem produzir riquezas. No entendimento de que necessitasse esta transformação para o desenvolvimento dessas famílias rurais.

A verdade, é que o processo para entender o desenvolvimento ainda está em aperfeiçoamento, as ciências sociais aplicadas têm um papel fundamental, nesse sentido. Celso Furtado (1980), a exemplo dessas transformações, em seu livro "Pequena introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar", inicia o manuscrito com colocações intrigantes:

> A ideia de desenvolvimento está no centro da visão do mundo que prevalece em nossa época. Seu substrato é o processo de invenção cultural. A partir dessa ideia o homem é visto como um fator de transformação do mundo, portanto de afirmação de si mesmo. [...] Tem-se como evidente que o homem não está em equilíbrio com o meio: necessita transformá-lo para realizar-se individual ou coletivamente (FURTADO, 1980, p.IX).

Esta citação, elenca um novo olhar sobre o desenvolvimento, levando em consideração o que seria, realmente, os vetores do progresso. O autor, vem com uma crítica sistemática às consequências da homogeneização de elementos que construam a ponte totalizante para o desenvolvimento. Inclusive, cita tais manifestações que causam mal-estar à sociedade, como: "a urbanização caótica; a desorganização da vida comunitária; o desemprego em massa; a redução do homem, inclusive de menores, a simples força de trabalho" (FURTADO, 1980, p.5).

Fiori, também faz parte do início de quebra paradigmática acerca do desenvolvimento alicerçado, principalmente, no capital. O autor vem estudando sobre essa questão desde a década de 60, com algumas discussões das peculiaridades da América Latina. Recentemente, Fiori (2020) publicou um artigo contextualizando a imposição, que foi feita, para que na América Latina se incorporasse na "agenda" que priorizou o "ajuste" à nova ordem financeira global.

Estudar os processos da consolidação do desenvolvimento – conceitualmente – é de extrema importância, ao retornar o olhar ao passado, Fiori (2020, p.18) comenta que se faz importante para elucidar "a opacidade do futuro, ainda mais em um tempo de grandes mutações

e incertezas. Mas pensar o futuro não é uma tarefa fácil e sempre envolve uma alta dose de especulação".

É por essa via, que se sustenta essa breve contextualização sobre desenvolvimento. Mas antes de aprofundar a importância da resiliência dos AT, no panorama das estratégias de desenvolvimento que abraça a sustentabilidade, é preciso, também, embasar o contexto das modificações da Revolução Verde na AF, recordando o objetivo de percorrer caminhos do capital e do lucro para alcançar sucesso.

O fenômeno da Revolução Verde, ocorreu com o propósito de potencializar a disseminação de informações e tecnologias para elencar maiores produtividade. Seu enfoque era direcionado ao lucro, utilizando o difusionismo para transformação. Essa circunstância gerou um processo de erosão de práticas tradicionais (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Silva e Menezes (2019) descrevem que esse estimulo levou a inserção de maquinários, bem como instrumentos mais aprimorados, insumos sintéticos, promoção da engenharia genética e a racionalização dos grandes sistemas agroalimentares.

E essa estratégia produtivista, que pensava, exaustivamente, em lucro e acúmulo de bens, gerou um aglomerado de sequelas e fragilidades, considerados como grandes desafios da atualidade nos níveis desafios ambientais, sociais e econômicos, visto que resultaram em mudanças climáticas, insuficiência hídrica, perda de biodiversidade, poluição, bem como o desencadear de questões como a insegurança alimentar, perda de conhecimentos tradicionais e o êxodo rural (EL BILALI et al., 2019).

A Revolução Verde foi indicada como um processo para exterminar a fome no mundo, porém, tratou-se de uma falácia que só fomentou o lucro dos maiores e intensificou equilíbrios sociais, ambientais e econômicos. Dessa forma, surgiram demandas para serem repensadas, refletidas e consideradas. Parte da sociedade, passou a questionar se a viabilidade do modelo produtivista contribui, veementemente, para o desenvolvimento. Inclusive, o próprio termo, passou a ser indagado. Mas o que realmente significa o desenvolvimento?

Alguns estudiosos afirmam que o desenvolvimento deve dispor de equidade social, integrando meios que contribuam para que todos os diferentes grupos tenham equivalência na busca por qualidade da de vida, como os direitos mínimos: saneamento básico, água encanada e coleta de lixo, assim como acesso a alimentos de qualidade. Ainda, atrela-se a fatores culturais, ambientais e políticos. Ressalta-se as políticas públicas para que haja a mitigação de desigualdades, e assim possibilitar direcionamento ao DS (SOUZA, 2006; RIZZOTTO; BORTOLLO, 2011; DEDECCA et al., 2014).

Muitos estudiosos afirmam que o desenvolvimento, no seu sentido mais legítimo, necessita ser sustentável, ou seja, precisa ser "a integração equilibrada e sistêmica do desempenho econômico, social e ambiental intra e intergeracional" (GEISSDOERFER et al., 2017, p.4). Complementando este conceito, pode-se explicitar que ele "pressupõe o atendimento das necessidades básicas de todos, incluindo o das futuras gerações" (ROCHA; BURSZTYN, 2005, p.45). O conceito de DS tornou-se referência para pesquisas científicas em meio ambiente e adquiriu caráter paradigmático para o desenvolvimento (RUGGUERIO, 2021).

O relatório "Nosso Futuro Comum" publicado pela World Commission on Environment and Development (WCED) (1987), definiu o conceito de DS como "...desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades...".

Silva (2005, p.3) comenta que "o foco principal, ao se discursar e se preocupar com a sustentabilidade está na vinculação do tema ao lugar a que se pretende chegar; enquanto, com o desenvolvimento, o foco está em como se pretende chegar". Ou seja, o autor reverbera sobre

as condições dos usos dos recursos, para que haja equilíbrio entre as outras dimensões do desenvolvimento, otimizando a resiliência natural e necessária.

Scatolin e Misael (2011), caracterizam o início desse processo, afirmando que é extremamente necessária uma mudança estrutural sistêmica, pois, a transformação deve agregar níveis qualitativos e quantitativos da estrutura econômica, social e política, incorporando no mesmo peso a dimensão ambiental. Os autores afirmam que essa relação implica diretamente na transição de uma estrutura produtiva atual (economia marrom), ou seja, formas poluidoras, invasiva e predatória de uso dos recursos naturais (SCATOLIN; MISAEL, 2011).

Sachs (2000) revela que o DS, embora pareça (em um olhar raso), está além de uma economia ecológica. O autor pontua que é preciso um retorno à economia política – que se diferencia do termo economia visto de maneira isolada e cru- o autor explica deve-se ter uma combinação contratual entre as preocupações socioambientais. Conectando, de maneira viável, a economia e a ecologia. Dito isto, Silva (2005) corrobora Silva (2000), em uma imersão profunda entre disciplinas:

> A compreensão do corpo analítico do desenvolvimento sustentável como único é, por conseguinte, uma forma de estabelecer uma ótica multidisciplinar de observar um determinado processo, resultado da interação social em um determinado espaço, com bases culturais "cultivadas", com finalidades econômicas e obedecendo às instituições reconhecidas naquela sociedade e considerando a manutenção do estoque ambiental existentes. (...) A compreensão desse processo deve ocorrer de forma contínua e observando-se as adaptações do sistema, tendo como base a sociedade e suas inter-relações e interdependências como um sistema adaptativo complexo Silva (2005, p.27).

Esse desenvolvimento deve estar fincado na dignidade humana, a um bem-estar mais elevado em saúde, educação e social inclusão e, é claro, incluindo a realização do potencial humano em seu desenvolvimento cultural (HIMANEN, 2014). Sendo assim, ao traçar um corpo analítico sobre o DS, percebe-se que há um apelo multidisciplinar para percebê-lo, pois, além da interação socioeconômica/política em um determinado espaço, existem também as pautas culturais e ambientais (SILVA, 2005).

Percebe-se que o termo DS, apesar de parecer intuitivo, possui várias discussões e conceituação, por conta de suas pluralidades epistêmicas. Sartori et al. (2014) denota que a confusão pode ser amenizada a partir da aceitação das distinções de conceitos, dados e métodos o envolve. O fato é que seja importante enriquecer o debate sobre o significado de ambos dos diversos conceitos.

Faz-se necessário, também, levar em consideração as percepções intrínsecas ao local, em que "o que é considerado sustentável em nível regional não é, necessariamente, em nível nacional" (SARTORI et al., 2014, p.6). Por isso, o local faz parte das compreensões de como engajar o DS, sem trazer abordagens hegemônicas.

A partir dessa contextualização que se costura estas seções e pensando nas multiplicidades que entornam a relação sociedade-natureza, bem como nos movimentos endógenos às regiões, aborda-se a seguir os itens que estão em consonância para consolidar a construção do insight desse texto.

4. O elo entre os alimentos tradicionais e o desenvolvimento sustentável

Após a fundamentação sobre AT e DS, este tópico pretende construir insights3 sobre o entrelaçar dos assuntos. Parte-se da noção de que as formas de dietas atuais estão diretamente associadas a uma série de questões acerca da (in)sustentabilidade, com as cargas ambientais e problemáticas que envolvem questões éticas. A exemplo disso, tem-se alguns impactos como a mudança climática, o crescimento das populações mundiais e com evidências claras do

esgotamento ou danos aos recursos críticos, por isso, as escolhas alimentares têm um grande papel/impacto nas relações de DS, sendo um estímulo para desenvolver a capacidade dos sistemas agrícolas para contribuir com as básicas necessidades humanas, de maneira consciente.

Pensando nisso, a Agenda 2030 a qual contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), fazem parte de um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade, justamente, com função de promover o DS (dentro dos conceitos integrados que exploramos) nos próximos nove anos (ODS 2030, 2014).

Desses 17 objetivos, 10 estão, direta ou indiretamente, ligados à produção de alimentos conduzidos com sustentabilidade, são esses: fome zero, saúde e bem-estar, água potável (produções sustentáveis conduzem a melhora da qualidade da água), energia limpa (alternativas que fogem das lógicas industriais – combustíveis fósseis, etc.), trabalho decente e crescimento econômico (movimentação de mercados locais), comunidades sustentáveis (menos dependentes do global – autossuficiência interna), consumo e produção sustentável, ação contra mudanças globais (preservação da paisagem/sem modificações exorbitantes), vida na água (pesca artesanal, considerando período de defeso e vida terrestre (levando em conta as interações ecológicas).

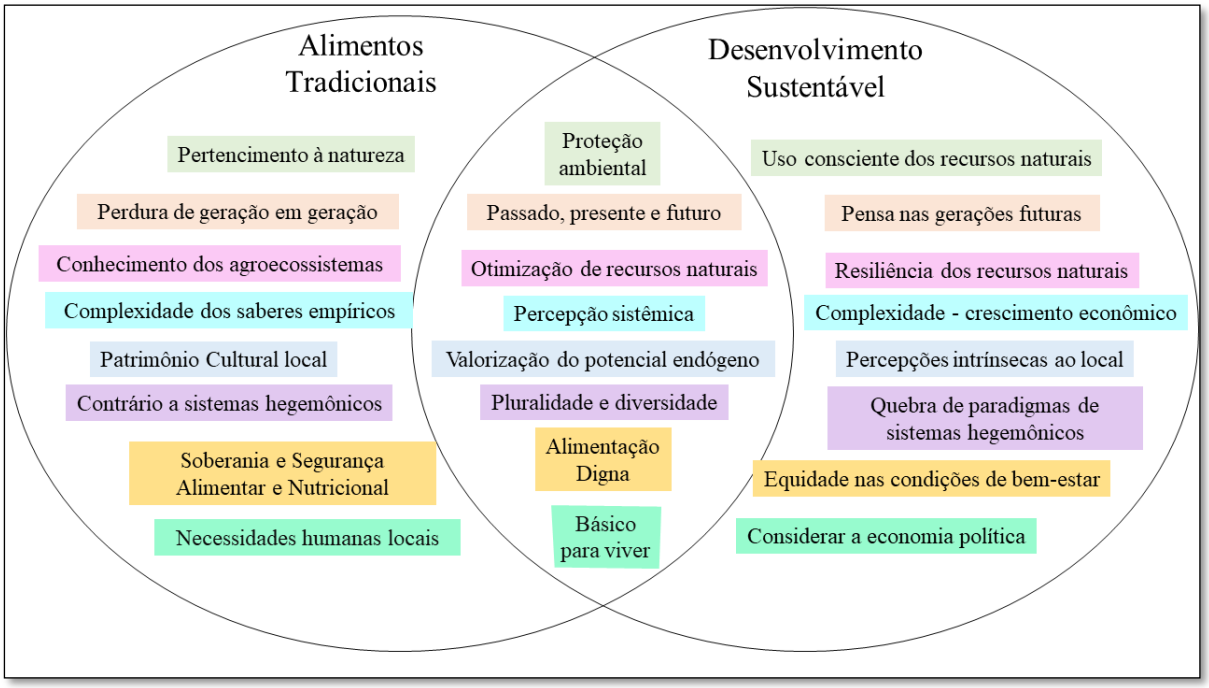
Com isso, destaca-se também, a definição de sistemas agroalimentares sustentáveis descritas pela FAO (2019), em que, elencam-se 5 critérios: (1) deve-se proteger a biodiversidade do ecossistema; (2) respeitar culturas; (3) ser economicamente justo e acessível; (4) nutricionalmente adequado e saudável; e (5) otimizar o uso de recursos naturais e humanos, respeitando a sua resiliência.

Ademais, sistemas alimentares tradicionais são responsáveis pela construção de identidades, contribuindo para a conservação da biodiversidade. Pensando em trançar esse elo entre AT e DS (de forma visual), sendo reconhecidos com patrimônio cultural imaterial de um determinado lugar (BNDES, 2018).

A FAO (2020) também reconhece esses sistemas como patrimônio imaterial, pois eles combinam biodiversidade agrícola, resiliência ecossistêmica de preciosa herança cultural, contribuindo para SSAN e a sobrevivência de agricultores de menor porte. A entidade caracterizou esses sistemas como "*Globally Important Agricultural Heritage Systems*" (GIAHS), traduzidos - Sistemas de Patrimônio Agrícola Globalmente Importantes. Ainda, estudos elencados pela FAO (2020) confirmam que os GIAHS são ameaçados por muitos fatores, incluindo mudanças climáticas e aumento da competição por recursos naturais.

Portanto, pensando em toda essa chuva de informações que foi discutida, até o momento (nesse manuscrito), construiu-se um conjunto com a função de ilustrar a costura desses elementos, afim de os sistematizar e torna-los visual (figura 1).

Figura 1. Elo de união entre conceitos de AT e DS.



Fonte: Autores (2022), adaptado dos conceitos de Cruz e Schneider (2010); Cruz (2012); Cruz (2020); Zuin e Zuin (2008); Guiné *et al.* (2021); Sachs (2000); Sartori *et al.* (2014); Silva (2005) e FAO (2019).

A figura acima, retrata algumas relações importantes, como: 1) a sensação e o sentimento de pertencimento à natureza, tendo um uso mais consciente para com ela, promovendo proteção desse ambiente; 2) o conhecimento sobre as formas de fazer, manejar, processar, entre outros, bem como a ligação em pensar nas gerações futuras, formatam em um vínculo do passado, do presente e do futuro; 3) saberes geográficos do espaço inserido, que contribuem para o entendimento do funcionando do sistema, traçando uma relação de uso otimizada e resiliente.

A interdependência entre trabalho e produção, convivência, ancestralidade e tradição, traduzem uma conexão forte entre o tempo e o espaço, tratadas com reciprocidades pelos atores sociais envolvidos. Escobar (2015) categoriza essa relação como uma intrínseca defesa da vida que vai de encontra ao modelo civilizacional, que foi base para as crises ambientais. Ademais, o autor ainda consegue esboçar um olhar sobre esse aspecto, a partir de um) perspectiva antropológica, discutindo a "historicidade de todos os modelos sociais e o caráter arbitrário das ordens sociais" (ESCOBAR, 2020, p.274). Ele critica esse discurso do que é civilizatório, definindo o caminho certo de uma percepção hegemônica, que faz a distinção do que são pessoas primitivas e as que possuem potencial intelectual.

Outros pontos elencados, foram: 4) a complexidade dos sabes tradicionais, bem como a complexidade de como a economia deve caminhar paralelamente com outras dimensões, essas complexidades exigem um olhar holístico para compreender os encaixes e tomadas de decisões; 5) o rico patrimônio cultural em consonância com a carga acumulada de saberes sobre o local, essa valorização podem influenciar estratégias de impulsionar o potencial endógeno; 6) A resistência aos sistemas hegemônicos dos TA corroboram a necessidade de quebra de paradigma de sistemas hegemônicos do DS, pautados na pluralidade e na diversidade.

Destaca-se que os sistemas hegemônicos são considerados invasores e totalizantes, dissipando e apagando culturas. Santos (2006) descreve que tais sistemas possuem rapidez e generalidade de sua expansão, “impondo-se, direta ou indiretamente, pelo seu papel unificador

dos processos globais (SANTOS, 2006, p.127). Nesse sentido, Dilger et al. (2016) discorrem que é necessário se pautar em perspectivas emancipadoras de hegemonia, de um jeito inclusivo pensando nos problemas peculiares ao local e as estruturas sociais endógenas.

Outras amarras que devem ser exaltadas dos AT e do DS são: 7) a SSAN que os sistemas de AT fornecem, dialogando com a busca pela equidade nas condições de bem-estar para todos, levando em consideração, que a alimentação digna e de qualidade fazem parte desse processo e o 8) em que o DS considera a economia política, ciência essa que aborda as relações sociais de produção, circulação e distribuição de bens, visando atender as necessidades humanas e a AT atende às necessidade locais de alimentação, um elo que elenca o básico para sobrevivência.

As formas de padronização para a resolução dos problemas locais desfavorecem a SSAN, estes meios administram as questões apenas por meio dos "saberes técnico-científicos, engenharias, agronomia, biotecnologia etc" (BENVEGNÚ; RADOMSKY, 2020, p. 17). Recorrendo a invalidação dos saberes tradicionais, causando um desmonte no patrimônio cultural, concomitantemente, prejudicam seres que compõem o universo vivo e não vivo, destruindo as relações simbióticas de interdependência [sociais, econômicas, ecológicas].

Sem dúvidas, há uma carência em valorizar as "combinações de conhecimento e de poder, de veracidade e de prática, que incorporem os grupos locais como produtores ativos de conhecimento" (ESCOBAR, 2020, p.33). Deve-se realçar exemplos de valorização das peculiaridades que a tradição resulta.

Como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem realizado, ele salienta e reconhece sistemas produtivos tradicionais, como gancho estratégico para o desenvolvimento sustentável. Por exemplo, o IPHAN (2020) publicou uma declaração sobre a importância do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, destacando que as especificidades deste sistema são "as riquezas dos saberes, a diversidade das plantas, as redes de circulação, a autonomia das famílias, além da sustentabilidade do modo de produzir que garante a conservação da floresta" (IPHAN, 2010, p.1).

Infelizmente, é vagaroso o reconhecimento de mais sistemas de AT. No entanto, outro passo importante para prestigiar tais sistemas, foi o "Prêmio BNDES de Boas Práticas para Sistemas Agrícolas Tradicionais", cujo contou com a parceria da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), do IPHAN e da FAO, para fortalecer o projeto. O mesmo teve como objetivo mapear estes sistemas no âmbito nacional, pensando em dar visibilidade à importância das boas práticas atreladas a esses sistemas para a sustentabilidade ambiental e para a sobrevivência social e econômica dos grupos que delas se utilizam (BNDES, 2018).

Essas são iniciativas que ajudam no processo, mas não são o suficiente. Pois, deve-se ir além, considerando estratégias heterogêneas de ter compromisso com as formas tradicionais de produzir e processar alimentos, fugindo da ideia de que a tradição de povos é um "fracasso" e ultrapassado. É essencial criar acesso para essas formas tradicionais de produzirem/processarem alimento, com estímulo para cadeiras de ciclo curto, bem como flexibilização legislativa sanitárias, cujo criminalizam alimentos que não seguem padrões industriais, outra questão importante é a inserção de políticas integradas de DS, inerentes à qualidade de vida do meio ambiente, dos consumidores e da agricultura familiar. Só seguindo tais rumos para fomentar o reforço das potencialidades dos alimentos tradicionais para o desenvolvimento sustentável.

5. Algumas considerações

A partir do compilado de informações deste artigo, apresentou-se, primeiramente, um breve estado da arte sobre AT provindos da agricultura familiar, seguido da abordagem do desenvolvimento sustentável, essa explanação contribuiu apara encontrar pontos em comuns dos dois temas, que reverberaram na análise do elo entre eles.

Foram elencados oito quesitos, em que a literatura de ambos, demonstraram compatibilidades, sendo: a proteção ambiental; a união do passado, presente e do futuro; a otimização dos recursos naturais; a necessidade de percepção sistêmica; a valorização do potencial endógeno; pluralidade e diversidade; o fortalecimento da alimentação digna como condições para o bem-estar e o que é basilar para qualidade de vida.

O manuscrito traz uma abordagem que impulsiona na reflexão dos mais diversos meios de conduzir o crescimento, dentro das condições de sustentabilidade, demonstrando que para isso é extremamente importante conduzir à valorização da diversidade, dos meios de vida heterógenos aos padrões industriais, induzindo a estes o acesso à mercados, informando e reeducando a população da essencialidade de cadeias curtas para o crescimento endógeno, bem como a flexibilização da legislação sanitária, que demanda meios de processamentos diante à perspectiva higiênica no contexto industrial, outro ponto importante, é a relevância de políticas públicas para assessorar a AF que produz tais produtos.

É nítido que com as ferramentas certas, como por exemplo, ajuda do setor público, os ATs impulsionariam mais ainda o desenvolvimento sustentável. Para isso, é fundamental a busca por reconhecimento da AF e daqueles os assistem. Outros trabalhos, que avaliem de maneira prática, localidades, podem ajudar a aperfeiçoar tais ponderações, traçando, em conjunto com a teoria, um olhar mais papável e específico de cada lugar, considerando suas singularidades.

Referências

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento. *Sistemas Agrícolas Tradicionais (SAT).* 2018. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/sat-sistemas-agricolas-tradicionais>. Acesso em: 20/07/2021.

BENVEGNÚ, V. C.; RADOMSKY, G. Entre o sucesso e o fracasso: desenvolvimento, sementes crioulas e transgênicas. *Novos Cadernos NAEA*, v. 23, n. 1, 2020.

BERCHIN, I. I. *et al*. The contributions of public policies for strengthening family farming and increasing food security: The case of Brazil. *Land use policy*, v. 82, p. 573-584, 2019.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Construindo uma nova extensão rural no Rio Grande do Sul. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 10-15, 2002.

CARDOSO, F. G. *A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da Abordagem da Complexidade*. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CRUZ, F. T. da. *Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra–RS.* Tese de doutorado. UFRGS. 2012.

CRUZ, F. T. da; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 5, n. 2, p. 22-38, 2010.

CRUZ, F, T. da. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 58, 2020.

DEDECCA, C. S.; TROVÃO, C. J. B. M.; SOUZA, L. F. de. Desenvolvimento e equidade: desafios do crescimento brasileiro. *Novos estudos CEBRAP*, n. 98, p. 23-41, 2014.

DILGER, G.; LANG, M. A.; PEREIRA FILHO, Jorge (Ed.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento: grupo permanente de trabalho sobre alternativas ao desenvolvimento.* Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

EL BILALI, H. *et al*. Food and nutrition security and sustainability transitions in food systems. *Food and Energy Security*, v. 8, n. 2, p. e00154, 2019.

ESCOBAR, A. Antropologia e desenvolvimento. *Maguaré*, v. 34, n. 1, p. 271-308, 2020.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 41, p. 25-38, 2015.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. *The State of Food and Agriculture*. 2014. Disponível em: < http://www.fao.org/3/i4040e/i4040e.pdf>. Acesso em: 23/06/2021.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. *The state of food insecurity in the world*, p. 80. 2015. Disponível em: < http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf>. Acesso em: 02/06/2021.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Moving forward on food loss and waste reduction. 2019. 153p. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca6030en/ca6030en.pdf> Acesso em:17/07/2021.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. *Culture and food traditions: by supporting healthy, diversified and culturally appropriate diets, agroecology contributes to food security and nutrition while maintaining the health of ecosystems*. 2020. Disponível em:< http://www.fao.org/agroecology/knowledge/10-elements/culture-food-traditions/en/>. Acesso em:06/07/2021.

FIORI, J. L. Estado e desenvolvimento na America Latina. *Revista de economia contemporânea*, v. 24, 2020.

FURTADO, C. *Desenvolvimento.* In: CAIDEN, Gerald; CARAVANTES, FURTADO, C. *Pequena introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Editora Nacional, 1980. G. Reconsideração do conceito de desenvolvimento. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

GEISSDOERFER, M. *et al*. The Circular Economy e A new sustainabilityparadigm?. *Journal of Cleaner Producon*, v. 143, p. 757-768, 2017.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In.: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.* São Paulo: Unesp, 1997.

GONÇALVES, L. M. *et al.* Agrobiodiversidade, Agroecologia e Soberania alimentar: Considerações Acerca da Pandemia e o Alimento Sobre à Mesa. *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, n. 4, 2020a.

GUINÉ, R. P. F. *et al*. The duality of innovation and food development versus purely traditional foods. *Trends in Food Science & Technology*, v.109, p. 16-24, 2021.

HIMANEN, P. *Dignity as Development.* In: CASTELLS, M.; HIMANEN, P. Reconceptualizing development in the global informaon age. Oxford Press, 2014. Disponível em: <https://globaldignity.org/wp-content/uploads/2017/12/Pekka-Himanen-Dignity-as-Development.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado (Unidades).* 2017. Disponível em:<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6885>. Acesso em: 10/05/2021.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*. 2010. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/75>. Acesso em:11/07/2021.

KUZNESOF, S.; TREGEAR, A.; MOXEY, A. Regional foods: a consumer perspective. *British Food Journal*, Vol. 99 nº. 6, p. 199-206. 1997.

LEWIS, W. A. The roots of development theory. *Handbook of development economics*, v. 1, p. 27-37, 1988.

MASUNDIRE, H. M. *Achieving Sustainable Development and Promoting Developent Cooperation*–Dialogues at the ECOSOC. 2008. Disponível em:<https://www.un.org/en/ecosoc/docs/pdfs/fina_08-45773.pdf>. Acesso em:10/07/2021.

MEDINA, G. *et al*. Development conditions for family farming: lessons from Brazil. *World Development*, v. 74, p. 386-396, 2015.

MUHIALDIN, B. J. *et al.* Traditional foodstuffs and household food security in a time of crisis. *Appetite*, v. 165, p. 105298, 2021.

AGENDA 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 2015. Disponível em:< http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 01/07/2021.

PIENIAK, Z. *et al.* Association between traditional food consumption and motives for food choice in six European countries. *Appetite*, v. 53, n. 1, p. 101-108, 2009.

RIZZOTTO, M. L. F; BORTOLOTO, C. O conceito de equidade no desenho de políticas sociais: pressupostos políticos e ideológicos da proposta de desenvolvimento da CEPAL. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 15, p. 793-804, 2011.

RUGGERIO, C. A. Sustainability and sustainable development: A review of principles and definitions. *Science of The Total Environment*, p. 147481, 2021.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Editora Garamond, 2000.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção São Paulo. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARTORI, S.; LATRONICO, F.; CAMPOS, L. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. *Ambiente & sociedade*, v. 17, p. 01-22, 2014.

SCATOLIN, F. D. MISAEL, M. C. Uma estratégia de desenvolvimento sustentável: alguns pontos para o debate. *Economia & Tecnologia* – nº 07, v. 26, 2011.

SCHULTZ, T. *A Transformação da Agricultura Tradicional.* Zahar. Rio de Janeiro, 1965.

SEN, A. Development as freedom. *The globalization and development reader: Perspectives on development and global change*, v. 525, 1999.

SILVA, C. L. da. *Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar.* Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar, v. 1, p. 11-40, 2005.

SILVA, J. N. G.; MENEZES, S. de S. M. Reorganização dos sistemas agroalimentares cultiváveis no município de Porto da Folha/SE. *Geosul*, v. 34, n. 71, p. 786-808, 2019.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, p. 20-45, 2006.
VAN DER PLOEG, J. D. Diez cualidades de la agricultura familiar. *LEISA Revista de agroecología*, v. 29, n. 4, p. 6-8, 2014.

WCED. World Commission on Environment and Development. *Our common future—The Brundtland report.* Report of the World Commission on Environment and Development, 1987.

ZUIN, L. F. S.; ZUIN, P. B. Produção de alimentos tradicionais contribuindo para o desenvolvimento local/regional e dos pequenos produtores rurais. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 4, n. 1, 2008.